

O colapso da ordem mundial neoliberal e a ascensão da China e da Rússia na governança global

Para os historiadores do futuro que refletirem sobre as mudanças na ordem mundial, 2025 poderá ser considerado um ano divisor de águas, sinalizando uma grande mudança global. O maior desafio que enfrentamos hoje é o questionamento de Giovanni Arrighi sobre o que ele chamou de como será o “próximo mundo”. Esta questão reflete a ansiedade sistêmica predominante em escala global e as preocupações fundamentais de nossa era.

Durante a era Trump 1.0 (2017–2021), apesar da retirada dos Estados Unidos de várias organizações internacionais e sua promoção aberta do “America First”, que abandonou descaradamente as responsabilidades internacionais necessárias para sustentar sua dominância pós-Guerra Fria, a Europa – recorrendo à sua identidade remanescente como berço da civilização ocidental – ainda se esforçou para sustentar o edifício decadente da ordem mundial neoliberal. Com a eleição do presidente Joe Biden para a Casa Branca em 2021, os Estados Unidos voltaram ao seu conhecido manual de políticas baseadas em alianças e fortaleceram seus laços com a Europa. Consequentemente, os políticos neoliberais europeus ganharam um breve respiro que lhes permitiu reviver o desvanecente esplendor da hegemonia ocidental – a ordem mundial neoliberal experimentou um ressurgimento passageiro.

Com o advento do Trump 2.0 em 2025, essa ordem sofreu seu golpe final e fatal. Na 61ª Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2025, o vice-presidente americano J.D. Vance declarou abertamente que os “valores fundamentais” da Europa, incluindo liberdade de expressão e democracia, estavam regredindo, e que a maior ameaça da Europa vinha não da Rússia ou da China, mas de dentro.¹ As declarações de Vance pasmaram as elites políticas europeias. Os Estados Unidos, subsequentemente, iniciaram uma transformação sistêmica da ordem mundial. Ignorando as ansiedades de segurança da Europa, Washington abriu unilateralmente negociações para aliviar tensões com a Rússia, transferindo a responsabilidade e o fardo da crise da Ucrânia para a Europa. Em seguida, lançou uma guerra tarifária global – inclusive contra a Europa – e até mesmo reivindicou territorialmente a Groenlândia, o Canal do Panamá e o Canadá. O turbilhão de rupturas do presidente Donald Trump eclodiu as relações transatlânticas, redefiniu as relações EUA-Rússia, contornou o multilateralismo e intimidou países ao redor do mundo por meio de acordos bilaterais. Por fim, os Estados Unidos varreram a ordem internacional neoliberal pós-Guerra Fria para a lixeira da história.

Por que os Estados Unidos abandonaram a ordem mundial neoliberal que outrora promoveram e usaram para dominar o mundo? Que tipo de nova ordem mundial emergirá em meio à ascensão do conservadorismo e do populismo? No contexto do retorno estadunidense ao conservadorismo e da renovada busca da Europa por autonomia estratégica, China e Rússia – duas grandes potências ligadas por uma parceria estratégica abrangente – certamente aprofundarão sua cooperação estratégica neste mundo turbulento. Como membros

permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) e pilares-chave da ordem internacional, qual apoio sua parceria estratégica fornecerá para a paz, segurança e estabilidade internacionais? Quais soluções de governança eles podem propor para a ordem mundial emergente?

I. A natureza e o destino histórico da ordem mundial neoliberal

A ordem mundial neoliberal caracteriza a ordem internacional que emergiu durante a era da globalização econômica. Seu domínio foi relativamente de curta duração.

O neoliberalismo, tanto como teoria econômica quanto como movimento intelectual, emergiu nas décadas de 1920 e 1930. A crise econômica global dos anos 1930 marcou o fim da era da livre concorrência capitalista. A tentativa da União Soviética de estabelecer uma economia planificada desencadeou um debate sobre o “problema do cálculo econômico”, com contribuições significativas dos economistas da Escola Austríaca Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, além do economista polonês Oskar Lange. Embora esse debate teórico não tenha produzido uma conclusão definitiva, os sucessos da economia planificada soviética e do *New Deal* do presidente americano Franklin D. Roosevelt, em lidar com a Grande Depressão, estabeleceram, na prática, a ascensão do keynesianismo no Ocidente e das economias planificadas do bloco soviético. A economia planificada no estilo soviético e os Estados de bem-estar social intervencionistas nos EUA e na Europa começaram a dominar o mundo durante a Guerra Fria. Na década de 1970, conforme as economias capitalistas lutavam contra a estagflação, o Estado de bem-estar social começou a declinar. Os princípios liberais de Hayek recuperaram proeminência, e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher e o presidente americano Ronald Reagan iniciaram um processo de privatização e desregulamentação como remédios para o mal-estar econômico. Subsequentemente, a economia planificada soviética também caiu em uma armadilha de eficiência e abraçou o Consenso de Washington por meio de uma transição de “terapia de choque”. A livre concorrência de mercado tornou-se dominante, inaugurando a era da globalização no mundo.

Na era da globalização, a primeira etapa foi a globalização da economia de mercado, que se manifestou na integração dos mercados nacionais e na ascensão do livre comércio internacional. Na sequência, para facilitar o fluxo irrestrito do capital monopolista global e a distribuição mundial da produção, o neoliberalismo tornou-se politizado como um projeto impulsionado pelo Estado e um paradigma institucional. Este paradigma foi sintetizado pelas dez prescrições políticas do “Consenso de Washington”, termo cunhado pelo economista britânico John Williamson.² Isso marcou a afirmação ideológica da transição do capitalismo de monopólios nacionais para monopólios internacionais e serviu como uma prescrição política para permitir que o capital financeiro monopolista internacional construísse a hegemonia global. Como apontou o renomado estudioso americano Noam Chomsky em seu livro *Lucro sobre Pessoas: Neoliberalismo e Ordem Global*, “o consenso neoliberal de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, projetados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele domina majoritariamente, e implementado por eles de várias maneiras”. Na introdução do livro, Robert W. McChesney enfatiza ainda que a essência do Consenso de Washington abrange três dimensões: o sistema econômico, o sistema político e o sistema cultural.³

Em termos de suas origens e substância, o neoliberalismo, como ideologia econômica e política, defende a livre concorrência, opõe-se à intervenção estatal e governamental na economia, promove a privatização e o

individualismo e rejeita a propriedade pública. Na política internacional, enfatiza a abertura dos mercados nacionais, apoia o livre comércio internacional e incentiva a Divisão Internacional do Trabalho. Os neoliberais se opõem ao socialismo, ao protecionismo comercial, ao ambientalismo e ao populismo, vendo-os como obstáculos à livre concorrência.

Politicamente, o neoliberalismo foi ainda mais longe ao fornecer um “guia de instalação” para sistemas políticos e culturais correspondentes, impregnado pela arrogância do triunfalismo ocidental e pelo desprezo por outras civilizações após a vitória na Guerra Fria. *O Fim da História e o Último Homem*, de Francis Fukuyama, é uma obra representativa.⁴ Aqui, o liberalismo e o individualismo – enraizados na filosofia monoteísta cristã e na resistência do Iluminismo à opressão religiosa – são dotados de *status* sagrado. O neoliberalismo politizado eleva a liberdade ao nível de um valor central, santifica o poder e a liberdade irrestrita de uma pequena minoria e trata a democracia eleitoral – originária da Grécia Antiga – como uma ferramenta para defender esses princípios. Consequentemente, a democracia eleitoral ocidental foi deificada – nos mais de 30 anos desde o fim da Guerra Fria, a democracia eleitoral evoluiu como um instrumento ideológico para os EUA aproveitarem sua posição hegemônica, interferindo e derrubando governos de outros países.

Economicamente, a globalização neoliberal facilitou a alocação internacional de recursos e criou as condições para que o capital monopolista internacional estabelecesse cadeias industriais internacionais. Ao longo do curso da globalização, a internet e as tecnologias da informação deram origem a mercados financeiros internacionais que operam continuamente, permitindo que o capital financeiro internacional se envolvesse em arbitragens transfronteiriças 24 horas por dia, 7 dias por semana. Sob essa tendência, os fluxos de capital financeiro transfronteiriço – a princípio acompanhando e servindo liquidações de comércio internacional e empréstimos – passaram a ser dominados pelo capital financeiro especulativo após meados da década de 1990. A conveniência e a escala da arbitragem global pelo capital financeiro internacional logo superaram as do capital industrial, criando assim as condições para que o capital financeiro monopolista internacional ganhasse uma vantagem esmagadora sobre o capital industrial.

Entrando no século XXI, o desenvolvimento da internet e das tecnologias da informação – ao lado da abordagem *laissez-faire* dos reguladores americanos em relação à inovação financeira e políticas monetárias acomodáticas – ajudou o capital financeiro de Wall Street a ascender a uma posição de dominância incontestável nos mercados de capitais internacionais. Após a crise financeira de 2008, programas de resgate liderados por conglomerados financeiros estadunidenses estabeleceram firmemente o domínio do capital financeiro monopolista internacional na tomada de decisões econômicas e políticas globais. O fluxo internacional desse capital permitiu-lhe ainda ganhar controle sobre as cadeias industriais internacionais, monopolizando assim gradualmente os recursos internacionais e os lucros industriais. Essas entidades registram subsidiárias em todo o mundo, obscurecendo suas identidades nacionais para legitimar a pilhagem de recursos, a captura de lucros da manufatura e a especulação internacional.

No discurso político neoliberal, a livre concorrência é considerada primordial. Sob a bandeira da democracia liberal, os Estados Unidos afirmam que os direitos humanos têm precedência sobre a soberania nos assuntos internacionais, usando isso como justificativa para interferir nos assuntos internos de outros países – e até mesmo derrubar governos em nome da justiça. Embora alguns contestem que os EUA não tomam terras estrangeiras nem se envolvem em colonialismo, uma comparação entre os vastos recursos que controla, utiliza e consome, e os custos gerados por tais recursos – juntamente com os lucros derivados de sua hegemonia

financeira e tecnológica – revela que, quando o capital financeiro domina o globo, o mundo inteiro efetivamente se torna sua colônia. Não é necessário nenhum exército ou governador para extrair lucros do exterior à força. Esse controle sobre os recursos internacionais e os lucros da cadeia industrial repousa sobre o poder coercitivo da dominância tecnológica e militar. Dentro da ordem mundial neoliberal dominada pelo capital financeiro monopolista, nações ricas em recursos são incapazes de definir os preços de seus próprios recursos ou explorá-los independentemente de forças externas. Somente quando o capital financeiro estadunidense adquire propriedade ou participação nesses recursos é que eles ganham acesso aos mercados internacionais. Da mesma forma, os países envolvidos na manufatura de baixo valor agregado permanecem sujeitos à exploração e controle do capital financeiro monopolista. A hegemonia do dólar é o instrumento primário por meio do qual essa pilhagem é executada.

O economista político e historiador do capitalismo global Giovanni Arrighi observou em seus trabalhos que a financeirização é um fenômeno cíclico dentro das economias capitalistas. Ele analisou os ciclos recorrentes de expansão e colapso financeiro inerentes ao modo de produção capitalista, junto com suas raízes geopolíticas.⁵ No entanto, a expansão do capital financeiro que sustenta a ordem neoliberal difere fundamentalmente das expansões e colapsos financeiros dos sistemas capitalistas anteriores. Por exemplo, durante o final do Império Britânico, a expansão financeira e a dívida crescente eram em grande parte internas, mitigadas pela exploração e pilhagem das colônias, o que ajudou a adiar o declínio imperial. Em contraste, o capital financeiro monopolista internacional centrado em Wall Street explora o mundo inteiro por meio da hegemonia do dólar, empurrando a financeirização da economia estadunidense a alturas sem precedentes. O dólar estadunidense, a dívida do Tesouro dos EUA e as bolsas de valores estadunidenses sintetizam a hegemonia estadunidense e sua estrutura econômica. A ordem mundial dominada pelo capital financeiro monopolista estadunidense é essencialmente uma pilhagem da cadeia de produção material internacional e da cadeia de valor, e a riqueza das elites financeiras estadunidenses é construída sobre acumulação predatória, levando inevitavelmente grande parte da população nos países em desenvolvimento à pobreza. Esta é a razão fundamental pela qual o sistema mundial liderado pelos EUA está destinado a ser substituído.

II. O capítulo final da ordem mundial neoliberal

A ordem mundial neoliberal criou um panorama dominado pelo capital financeiro monopolista. Dentro desta estrutura, o capital monopolista internacional detém uma vantagem esmagadora sobre empresas privadas de qualquer nação. Enquanto os Estados-nação aceitarem o princípio neoliberal da chamada livre concorrência com intervenção estatal mínima, o capital monopolista internacional ganha uma vantagem competitiva inatacável, tomando o controle com facilidade dos recursos ou indústrias desses países – particularmente em nações em desenvolvimento relativamente fracas. Assim, se países ricos em recursos abandonam a intervenção estatal, eles efetivamente permitem que o capital financeiro internacional adquira participações ou até mesmo o controle total de seus recursos. Da mesma forma, se países que estão desenvolvendo seus setores de manufatura abandonarem políticas industriais, isso significaria permitir que o capital monopolista internacional extraia a maior parte dos lucros ao longo da cadeia industrial, forçando esses países a permanecerem presos nos segmentos de baixo valor agregado da cadeia. Caso essas duas condições sejam atendidas, os Estados Unidos podem manter sua posição hegemônica e continuar a extrair mais-valia da cadeia industrial internacional. Se o capital monopolista estadunidense pudesse usar seus super-lucros para resolver a grande desigualdade de renda entre as classes sociais, a ordem econômica e política neoliberal alcançaria um equilíbrio estável e autossustentável. No entanto, esta última condição é fundamentalmente

incompatível com a ganância inerente do capital. Além disso, as duas condições fundamentais que sustentam a ordem internacional neoliberal enfrentaram desafios crescentes desde os anos 2000.

O primeiro desafio foi iniciado pela Rússia. Após a dissolução da União Soviética, a Rússia adotou o programa neoliberal prescrito pelo Consenso de Washington e implementou uma transição de mercado de “terapia de choque”. Na época, enfrentando grave escassez fiscal no governo federal, a administração Yeltsin foi forçada a aceitar os termos rigorosos de empréstimo impostos pelos Estados Unidos e pelo Fundo Monetário Internacional, abrindo assim as portas para o capital monopolista internacional. Simultaneamente, a privatização em larga escala criou oligarcas privados – conglomerados financeiro-industriais capazes de desafiar a autoridade do governo federal. Esses oligarcas domésticos, aliados ao capital internacional, pilharam a riqueza da Rússia, enfraquecendo drasticamente a capacidade do governo central de governar a economia e a sociedade. Quando Vladimir Putin assumiu a presidência em 2000, sua prioridade máxima era restaurar a capacidade do Estado e reconstruir a estabilidade política e social. Suas políticas começaram com a renacionalização de recursos estratégicos para reafirmar o controle estatal sobre a economia e uma repressão aos oligarcas privados para restaurar a independência política do governo federal.

No entanto, as empresas russas domésticas permaneceram incapazes de competir com os monopólios internacionais em um ambiente de mercado aberto. Como resultado, o presidente Putin iniciou a formação de conglomerados corporativos massivos, incluindo Rosneft, Gazprom, Transneft, Russian Railways e Rusal – todos os quais passaram por reestruturação corporativa durante este período. Além disso, o governo federal russo estendeu apoio político a esses conglomerados para concorrência doméstica e internacional. Essas medidas, em certo grau, fortaleceram a capacidade da Rússia de resistir ao capital monopolista internacional. Após 2014, a Rússia adotou uma estratégia de substituição de importações, e a política industrial nacional evoluiu para um instrumento chave para contrapor os monopólios internacionais. As sanções abrangentes dos EUA e UE impostas à Rússia em 2022 levaram o país a abandonar completamente os princípios econômicos neoliberais e sua lógica política, marcando sua retirada completa da ordem mundial neoliberal e de seu arcabouço de governança.

O segundo desafio veio da China, que usou políticas industriais para enfraquecer o domínio dos monopólios financeiros e tecnológicos internacionais. Antes que o presidente americano Barack Obama anunciasse a política *Pivot to Asia* (Redirecionamento para a Ásia) em 2011, as políticas industriais da China eram principalmente defensivas, focadas em integrar seus abundantes recursos de mão de obra na economia moderna. Desde a reforma e abertura, a China manteve consistentemente a abertura e integração na economia internacional como princípios fundamentais para garantir condições externas favoráveis para seu desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, a China nunca abandonou a orientação e intervenção estatal em seu crescimento econômico. Ela manteve consistentemente o controle sobre os fluxos de capital internacional e aderiu à inovação e políticas industriais como as forças motrizes por trás de seu desenvolvimento econômico, promovendo continuamente a ascensão da manufatura em direção à extremidade superior da cadeia de valor industrial.

Após ingressar na Organização Mundial do Comércio em 2001, o setor manufatureiro da China cresceu rapidamente, acompanhado por uma rápida atualização industrial e avanços tecnológicos. Após a crise financeira global, o rápido crescimento econômico da China e o desenvolvimento industrial em larga escala começaram a remodelar o panorama econômico internacional. Após a reforma cambial de 2015, quando o renminbi (RMB) transitou de um câmbio flutuante administrado e atrelado ao dólar estadunidense para um câmbio atrelado a uma cesta de moedas com um mecanismo de flutuação independente, a China começou a

alterar o modelo fechado de circulação de bens e capital entre a China e os Estados Unidos. Esta reforma minou a própria base da capacidade da hegemonia do dólar de colher riqueza internacional por meio de marés financeiras. O compromisso da China em desenvolver uma economia de mercado ao mesmo tempo que utiliza firmemente o poder estatal para regular as atividades do capital monopolista internacional salvaguardou os interesses nacionais e desafiou a ordem mundial neoliberal liderada pelos EUA. Esta foi uma razão chave pela qual a administração Obama implementou a estratégia *Pivot to Asia* e buscou conter a China por meio dos padrões trabalhistas e ambientais da Parceria Transpacífico (TPP), ao mesmo tempo que defendia o princípio de que a autoridade judicial do capital monopolista internacional sobrepõe-se à soberania nacional para salvaguardar os interesses do capital monopolista estadunidense. Em resposta à supressão e contenção dos EUA, a política industrial da China tornou-se mais proativa após 2015. Com a introdução do *Made in China 2025* e o renminbi não mais atrelado ao dólar estadunidense, a lógica da hegemonia do capital financeiro americano, que colhia riqueza internacional por meio de marés de capital, começou a vacilar.

No entanto, a principal força que levou a ordem mundial neoliberal ao seu fim veio do próprio Estados Unidos. O descontentamento da Rússia com a globalização neoliberal, combinado com o desafio da China à prática estadunidense de colher riqueza internacional, levou os Estados Unidos a começarem a duvidar de sua capacidade de manter o controle sobre esta ordem. A crise financeira global de 2008 marcou o ponto de partida dos esforços dos Estados Unidos para reparar a ordem mundial neoliberal. A guindada de Obama ao TPP foi uma tentativa sistemática de colocar o poder do capital monopolista internacional e a dominância financeira estadunidense acima da soberania de outras nações, visando particularmente enfraquecer o arcabouço da política industrial da China. Esses esforços acabaram falhando, o que foi um fator significativo por trás da onda de retiradas de organizações internacionais e abandono de responsabilidades globais durante o Trump 1.0.

A política externa durante o Trump 1.0 já havia começado a desestabilizar a ordem mundial neoliberal construída pelos EUA. No entanto, a hegemonia estadunidense pós-Guerra Fria foi fundamentalmente sustentada por esta mesma ordem. Consequentemente, após Biden entrar na Casa Branca, ele buscou reconstruir o sistema de alianças, intensificar a contenção da China e aumentar a pressão sobre a Rússia. Em 2022, com as sanções abrangentes dos EUA e UE contra a Rússia, a ordem mundial neoliberal começou a entrar em seu capítulo final. Quando Trump retornou à Casa Branca em 2025, a turbulência de políticas disruptivas de seu mandato abalou as relações transatlânticas e virou de cabeça para baixo as dinâmicas EUA-Rússia-Europa. Em 2 de abril de 2025, Trump lançou uma guerra tarifária global, desmantelando completamente os pilares fundamentais da ordem mundial neoliberal – o livre comércio e o multilateralismo.

III. o operação estratégica China-Rússia e a visão para o próximo mundo

Não há dúvida de que a chamada “ordem internacional liberal”, cuidadosamente construída e promovida pelos Estados Unidos, foi meramente a ordem internacional das duas décadas seguintes à Guerra Fria – uma forma de globalização política sob hegemonia unipolar impulsionada pelo neoliberalismo. Da perspectiva de Washington, esta ordem significava a liberdade do *hegemon*; da perspectiva de outros países, significava que os EUA impunham forçadamente a democracia eleitoral ocidental em todo o mundo remodelando ou derrubando governos estrangeiros. Esta ordem internacional não é nem livre nem justa, nem poderia representar o estado final da história humana. Com a ascensão da China e o ressurgimento da Rússia, o

alcance da hegemonia estadunidense está diminuindo. Em sua tentativa de reverter sua dominância em declínio, os EUA buscaram conter e suprimir a China e a Rússia. No entanto, as contradições internas da ordem hegemônica liberal garantem que os esforços de ambos os partidos Republicano e Democrata são, em última análise, fúteis.

Como dois pilares principais da ordem mundial e do panorama internacional, China e Rússia compartilham um alto grau de consenso ao promover a reforma da governança global e ao construir uma ordem mundial mais justa e equitativa. Estadistas russos há muito tempo vislumbram um modelo totalmente novo de governança global. Ao mesmo tempo, a China apresentou a iniciativa de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, juntamente com conceitos e propostas políticas mais concretos, como a Iniciativa de Segurança Global, a Iniciativa de Desenvolvimento Global e a Iniciativa de Civilização Global.

China e Rússia são forças-chave na governança global, e sua parceria estratégica abrangente para uma nova era pode servir como uma pedra angular para manter a paz, a estabilidade e a segurança mundial. Os princípios defendidos por China e Rússia – como “anti-hegemonia, um mundo multipolar e a democratização da governança global” – ganharam reconhecimento da maioria dos países em todo o mundo, e o novo panorama mundial será inevitavelmente multipolar. Nesta nova ordem multipolar, como a China e a Rússia avançarão sua cooperação estratégica na governança global?

i. Consenso e propostas China-Rússia sobre governança global

Na nova era, a coordenação estratégica da China e Rússia é guiada pelos princípios de “respeito mútuo, equidade e justiça, e cooperação com benefícios mútuos (ganha-ganha)”, visando conduzir a ordem internacional em um sentido mais justo e racional. Por meio de declarações conjuntas e diálogos de alto nível, ambos os lados consistentemente alinham suas posições, servindo como uma força crucial defendendo o multilateralismo e se opondo à hegemonia unilateral na governança global. Seu consenso e propostas incluem:

Primeiro, promover a multipolaridade e a democratização das relações internacionais, defender o multilateralismo e opor-se à interferência em assuntos domésticos e à “jurisdição de longo alcance” (long-arm jurisdiction). China e Rússia defendem que a governança global seja um esforço coletivo, rejeitando o monopólio da tomada de decisão internacional por algumas poucas potências. Eles enfatizam que economias emergentes e nações em desenvolvimento devem desempenhar um papel maior nos assuntos globais e apoiar a construção de uma ordem internacional mais justa e racional. Ambos os países defendem o papel central da ONU, advogam a resolução de disputas internacionais dentro do arcabouço da ONU e participam ativamente e fortalecem mecanismos multilaterais como o G20, Brics e a Organização de Cooperação de Xangai. Ao mesmo tempo, opõem-se a interferir nos assuntos internos de outros países sob o pretexto de direitos humanos e democracia, e criticam os padrões duplos e sanções unilaterais dos países ocidentais. Finalmente, em questões como a crise na Ucrânia e a questão de Taiwan, tanto a China quanto a Rússia deixaram claro que se opõem a forças externas incitando confronto e minando a estabilidade regional.

Segundo, continuam a promover a globalização econômica e a cooperação aberta, enfrentando conjuntamente desafios globais e defendendo uma nova visão de segurança. Opõem-se ao protecionismo e às tendências de “desglobalização”, incluindo desacoplamento (*decoupling*) e ruptura de cadeias de suprimentos, apelando, em vez disso, para salvaguardar a estabilidade das cadeias industriais e de suprimentos globais. Apoiam a integração econômica regional, alinhando a Iniciativa do Cinturão e Rota com a União Econômica

Eurasiática para melhorar a conectividade em todo o continente eurasiático. Também defendem respostas conjuntas a desafios globais, como mudança climática, segurança sanitária pública, terrorismo, segurança do ciberespaço e inteligência artificial. Ambos aderem a uma visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável; rejeitam noções de “segurança absoluta” e opõem-se a confrontos militares baseados em blocos.⁶ Na Ásia, apoiam a centralidade da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e promovem o desenvolvimento de um arcabouço de segurança regional aberto e inclusivo.

Terceiro, promovem a reforma do sistema de governança global, mantendo uma ordem internacional baseada no direito internacional e defendendo o diálogo entre civilizações e o desenvolvimento inclusivo. Eles pedem o aumento da representação e voz dos países em desenvolvimento e o aumento de sua influência. Criticam alianças exclusivas ou “pequenos círculos” baseados em divisões ideológicas, defendendo, em vez disso, a cooperação inclusiva. Defendem os propósitos e princípios da Carta da ONU, opõem-se ao abuso da “jurisdição de longo alcance” e sanções unilaterais, e apoiam a melhoria do sistema legal internacional, enquanto rejeitam o uso de supostas “regras” para salvaguardar os interesses de algumas poucas nações. Advogam a igualdade entre civilizações e o aprendizado mútuo por meio de intercâmbios entre diferentes culturas, opondo-se à teoria do “choque de civilizações”. Defendem a diversidade de modelos de desenvolvimento, enfatizando que cada país deve escolher seu próprio caminho de desenvolvimento com base em suas condições nacionais e opõem-se a impor seu próprio modelo aos outros.

ii. A futura ordem mundial será realista em vez de guiada por valores

A chamada ordem internacional liberal proclamada pelo Ocidente é uma construção ilusória nascida de uma visão míope da história. Antes da moderna Revolução Industrial, a ordem mundial assemelhava-se a um mosaico composto por Estados pré-modernos que estavam amplamente isolados uns dos outros. A Revolução Industrial e o Iluminismo facilitaram o nascimento da moderna ordem internacional. Ainda assim, por séculos, as forças que impulsionaram e moldaram a evolução da ordem internacional não foram a democracia liberal, mas a guerra, a violência e o derramamento de sangue. Como o berço da ordem internacional moderna, a paz e a estabilidade efêmeras na história moderna e contemporânea da Europa foram amplamente regidas pelos princípios do realismo.

No último século, os esforços ocidentais para impor forçadamente a democracia liberal elevaram-na ao *status* de um valor simbólico supremo no discurso ideológico ocidental. Quanto à democracia eleitoral ocidental, esta forma de governança política – originária da política de cidade-estado da Grécia Antiga – tem uma “reputação mista”. A democracia eleitoral, manipulada por grupos de interesse e dinheiro, já se tornou um mal na política americana moderna. A imposição da democracia eleitoral ocidental em todo o mundo pelos Estados Unidos tem sido uma razão primária pela qual muitos países caíram na “armadilha eleitoral” e na “armadilha do desenvolvimento”, enquanto eram manipulados pelo capital monopolista internacional. Então, como será a próxima ordem mundial após o neoliberalismo? Em outras palavras, que valores dominarão o mundo após o liberalismo? Atualmente, com base no consenso entre China e Rússia sobre governança global, é improvável que a futura ordem mundial tenha um conjunto unificado de valores. O realismo fornecerá a melhor caracterização de uma ordem mundial multipolar.

Alguns argumentam que o conservadorismo está se tornando a tendência dominante globalmente e que a ordem mundial emergente será conservadora. No entanto, o conservadorismo não é um sistema de valores homogêneo abstraído de diferentes civilizações. De uma perspectiva conceitual e lógica, o conservadorismo

ênfatisa um retorno a uma ordem construída sobre identidade familiar, comunitária e étnica. Ele não reconhece comunidades de identidade transnacional, o que também é a razão primária pela qual o nacionalismo e o conservadorismo parecem convergir na superfície. O conservadorismo baseado em etnia é, em essência, uma forma de nacionalismo voltada à defesa contra ameaças externas e à salvaguarda dos interesses do próprio grupo étnico. Para garantir sua proteção, o grupo depende do Estado como um aparato de poder coercitivo, o que eleva este conservadorismo ao nível de conservadorismo de Estado.

A Rússia exibe tendências conservadoras em sua política doméstica. Muitos estudiosos consideram que o “Putinismo” engloba elementos tanto de conservadorismo progressista quanto realista. As ideias e a ideologia defendidas pelo Putinismo podem ganhar reconhecimento do Ocidente ou do Sul Global? A resposta é, claramente, não. Portanto, ao lidar com o Sul Global, a retórica de Putin é principalmente enquadrada em termos pragmáticos, incluindo oposição à hegemonia, promoção do desenvolvimento econômico e fornecimento de assistência política e militar.

A visão da China para a ordem global, conforme articulada pelo filósofo chinês Zhao Tingyang, é baseada no conceito de *tianxia* (tudo sob o céu), com a “benevolência” (仁, *rén*) como seu núcleo moral. Ideias como uma “comunidade de futuro compartilhado para a humanidade”, a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global, a Iniciativa de Civilização Global e a “modernização com características chinesas” estão todas enraizadas neste valor moral de benevolência. Mas esses conceitos podem ser articulados, caracterizados e aceitos dentro do discurso político ocidental? A resposta é igualmente clara: não podem. Portanto, a China adere ao realismo, defendendo o diálogo entre civilizações e o desenvolvimento inclusivo, sem insistir que a futura ordem mundial seja baseada em qualquer conjunto único e unificado de valores.

iii. A cooperação estratégica China-Rússia será moldada por dinâmicas triangulares com os EUA

Uma característica definidora e princípio da diplomacia de grandes potências é a independência e autonomia. Em outras palavras, as grandes potências podem contar consigo mesmas, enquanto Estados menores devem escolher lados. A parceria estratégica abrangente de coordenação China-Rússia para uma nova era defende os princípios de não aliança, não confronto e não direcionamento contra terceiros, permanecendo livre de interferência externa.⁷ Isso reflete a diplomacia independente e a busca pelos interesses estratégicos de cada lado. A cooperação estratégica China-Rússia na governança global também aderirá a esses princípios.

Se o conteúdo e a natureza da cooperação estratégica China-Rússia na governança global forem definidos por meio dos níveis bilateral, regional, multilateral e internacional, pode-se estabelecer um arcabouço mais claro. Primeiro, o alto nível de confiança política e cooperação abrangente no nível bilateral criaram condições favoráveis para a segurança, desenvolvimento e estabilidade social entre ambos. Isso serve como um modelo para as relações entre grandes potências e fornece uma pedra angular de segurança e estabilidade em um mundo turbulento. Segundo, nos níveis regional e multilateral, China e Rússia cooperam dentro de organizações multilaterais como a Organização de Cooperação de Xangai, Brics e G20, bem como por meio de iniciativas como a Iniciativa do Cinturão e Rota, a União Econômica Eurasiana, a Parceria da Grande Eurásia e a proposta da nova ordem de segurança eurasiática da Rússia. Terceiro, no nível global, a cooperação China-Rússia visa principalmente avançar a ordem mundial em direção a maior multipolaridade, justiça, racionalidade e democratização. O consenso e as proposições sugerem que a anti-hegemonia e a multipolaridade são os pontos de partida, enquanto estabelecer uma ordem internacional justa, racional e

democrática é o objetivo final. A cooperação foca em enfrentar conjuntamente a mudança climática, melhorar a segurança sanitária pública, abordar desafios do terrorismo e cibersegurança e defender o multilateralismo e a abertura econômica.

No entanto, enquanto a cooperação permanece a prioridade, também existe concorrência por influência – isso reflete os interesses diplomáticos independentes, regionais e estratégicos globais das grandes potências. Portanto, há limites para a cooperação China-Rússia na governança global e no desenvolvimento de uma nova ordem global. Os dois países alcançaram a mais alta qualidade de cooperação no nível bilateral e compartilham considerável consenso sobre governança no nível internacional. No entanto, sua cooperação no nível regional contém elementos de competição. Esta é uma característica da política internacional realista na qual a cooperação entre grandes potências deve deixar de lado fatores ideológicos e baseados em valores para tomar decisões baseadas em interesses práticos. Fomentar maiores interesses comuns e limitar o escopo e intensidade da competição mútua são as condições fundamentais para alcançar cooperação interestatal estável e de alta qualidade.

A cooperação política internacional realista também significa que a cooperação estratégica China-Rússia inevitavelmente será afetada por terceiras partes. China e Rússia aderem aos princípios de “nenhuma aliança, nenhum confronto e não direcionamento contra terceiros”, e suas relações não estão sujeitas a interferência de terceiros. No entanto, isso não significa que terceiros não influenciarão as relações China-Rússia, especialmente quando estes forem uma poderosa força internacional. Se as relações Rússia-EUA melhorarem, o espaço e o ambiente estratégico internacional da Rússia melhorarão, o que por sua vez reduz o valor da coordenação estratégica global China-Rússia para a Rússia. Por outro lado, se as relações China-EUA se deteriorarem – como quando Trump lançou uma guerra comercial contra a China – a importância da Rússia para China e EUA aumentará, permitindo que a Rússia se beneficie como espectadora. Como a influência de terceiros deve ser gerenciada? Isso requer distinguir entre interesses estratégicos e interesses táticos nas relações trilaterais. Por exemplo, ao mesmo tempo que a Rússia acredita que o atual alívio das relações com os EUA pode facilitar intercâmbios em nome de interesses táticos, ela sabe que a confiança mútua estratégica entre si e os EUA é impossível. Esta comparação ajuda a entender melhor o alto nível de confiança política mútua e os interesses estratégicos compartilhados que formam a pedra angular das relações China-Rússia.

Notas

¹ J.D. Vance, ‘Speech by JD Vance’, in *Munich Security Conference 2025: Selected Key Speeches, Vol. 2*, ed. Benedikt Franke (Munich Security Conference, 2025), 15–24.

² John Williamson, ‘What Washington Means by Reform’, in *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, ed. John Williamson (Institute for International Economics, 1990).

³ Noam Chomsky, *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

⁴ Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 2015.

⁵ Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times* [O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo] (Verso, 1994).

⁶“Segurança absoluta” é um conceito da política externa chinesa utilizada para criticar a abordagem expansionista e as políticas de contenção dos EUA e da OTAN. (N. E.)

⁷Aqui, o termo “não aliança” é distinto do conceito de não alinhamento. Neste contexto, a não aliança se refere à recusa em formar alianças militares. (N. E.)



Xu Poling

Xu Poling (徐坡岭) é um renomado economista especializado em teoria econômica mundial, macroeconomia e economia russa. Ele é diretor do Departamento de Economia Russa do Instituto de Estudos da Rússia, Europa Oriental e Ásia Central da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS). Também atua como vice-diretor do Centro de Pesquisas do Cinturão e Rota da CASS, diretor permanente da Sociedade Chinesa de Economia Mundial e Professor “Tianshan Scholar” na Universidade de Finanças e Economia de Xinjiang. Ele é autor de livros como *Um Estudo sobre a Trajetória da Transformação Econômica da Rússia* e *Uma Introdução à Economia Política da Transição*.